JORNAL

SINDICATO DOS SERVIDORES DO IFCE

Desde 1986, atuando na defesa dos servidores do IFCE



Edição: Julho e Agosto de 2023







SINDSIFCE REALIZA SEMINÁRIO DE FORMAÇÃO POLÍTICA

ATIVIDADE TERÁ CONTINUIDADE EM OUTUBRO

O Sindicato dos Servidores do IFCE realizou, no dia 19/08, na sede da ADUFC, com transmissão ao vivo pelo Youtube, o Seminário de Formação Política da entidade.

A iniciativa é fruto da urgente necessidade de formação da categoria dos servidores do IFCE e da imprescindível mobilização dos filiados em torno das pautas importantes para o futuro das carreiras. Para debater a Carreira (TAE e Docente), o SINDSIFCE recebeu Vânia Gonçalves, da Comissão Nacional de Supervisão da Carreira (CNSC) da FASUBRA e do Ministério da Educação e David Lobão, Coordenador Geral do SINASEFE; para falar sobre conjuntura política e a luta por direitos, Artemis Martins, Coordenadora Geral do SINASEFE e Sâmbara Paula, 1ª tesoureira da Regional Nordeste do ANDES Sindicato Nacional, foram as palestrantes convidadas.

Valmir Arruda, Coordenador Geral do SINDSIFCE, ressaltou que o seminário foi estruturado para garantir que os servidores do IFCE e o público em geral "pudessem criar consciência sobre a importância do sindicato. Ficamos felizes com a repercussão positiva dessa ação. Em outubro, iremos dar continuidade, em formato totalmente virtual, ao nossos estudos de formação política!"

Nessa edição:

- Frases marcantes do Seminário de Formação Política 2023
- Entrevista Secretária da Igualdade Racial, Zelma Madeira
- Opinião Nova proposta para o Novo Ensino Médio é uma redução de danos, nada mais



FRASES MARCANTES

ABERTURA DO SEMINÁRIO DE FORMAÇÃO POLÍTICA 2023 RECEBE AS MAIS EXPRESSIVAS VOZES DO MOVIMENTO SINDICAL EM EDUCAÇÃO DO PAÍS



Vânia Gonçalves, membro da Comissão Nacional de Supervisão da Carreira (CNSC) da FASUBRA e do Ministério da Educação



David Lobão, Coordenador Geral do SINASEFE



Sâmbara Paula, 1ª tesoureira da Regional Nordeste do ANDES Sindicato Nacional



Artemis Martins Coordenadora Geral do SINASEFE

"Nós precisamos ser reconhecidos, mas não basta só o incentivo à qualificação. Nós temos que ter acesso. Os trabalhadores que querem fazer pesquisa, os trabalhadores que querem fazer extensão têm que ter essa possibilidade. Nós precisamos de uma carreira que estimule as pessoas a permancerem e não mudarem para outra".

"Agora, que a mão do governo está pesada, tá. Então, acho que a gente tem que começar a questionar se nós temos realmente um processo de negociação efetivo. Não temos. Estamos no final do que chamamos de data base, e nós sequer tiramos o governo da zona de conforto. Eles estão muito confortáveis."

"Olha, ainda precisamos derrotar o bolsonarismo nas ruas e, é claro, que isso coloca limites na nossa organização e nas lutas que temos que travar. Nós temos um congresso predominantemente de extrema-direita. (...) E para piorar, o governo apresenta uma inclinação para os interesses do capital, dos proprietários, do agronegócio. O desafio é imenso, mas a luta vale a pena!".

"Nós não elegemos Lula para não incomodar. Queremos tensionar o andar de cima. Oueremos direitos! Queremos respeito! Ao mesmo tempo, a gente sabe que o governo Lula não vai mudar essa postura sozinho. Então, cabe a nós, no nosso cotidiano, no nosso trabalho de base, nas atividades enquanto sessão sindical, pressionar o governo que elegemos para as mudanças necessárias e urgentes".



EM TEMPO!

SINDSIFCE lança Curso de Formação Sindical "Os desafios dos profissionais da educação dos Institutos Federais" aberto ao público e com vagas limitadas

Em formato totalmente online, pelas ferramentas Classroom e Meet (1 encontro síncrono semanal), do Google, o curso, que visa capacitar servidores públicos da rede federal de ensino, estudantes, dirigentes sindicais e interessados em geral, ocorrerá no próximo mês de outubro.

O curso será dividido em 4 módulos totalizando uma carga horária de 40h e será realizado nos dias 04, 11, 18, 25, sempre às quartas-feiras, a partir das 19h30min. O seminário de conclusão, será realizado em formato presencial, no dia 28/10, em local ainda a ser definido. As vagas são limitadas e o curso é aberto ao público. Para mais informações, acesse: www.sindsifce.com.br















ENTREVISTA - SECRETÁRIA DA IGUALDADE RACIAL, ZELMA MADEIRA

"A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA DEVE SER UMA PRÁTICA CONTÍNUA"

U ma pesquisa realizada pela Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica (IPEC), contratada pelo Projeto SETA e pelo Instituto de Referência Negra Peregum, colocou o ambiente escolar no topo da lista de locais em que os brasileiros mais afirmam ter sofrido a violência racial.

A cada 10 pessoas que relatam ter sofrido racismo no Brasil, 3,8 foram vítimas da violência em escolas, faculdades ou universidades, de acordo com a pesquisa Percepções Sobre o Racismo, concluída em julho.

Convidamos a Secretária da Igualdade Racial, Zelma Madeira, para comentar as razões do racismo nestes ambientes e apontar alternativas. Confira entrevista exclusiva.

JORNAL SINDSIFCE: Secretária, por que o racismo é tão forte nas universidades, faculdades, escolas?

ZELMA MADEIRA: Olha, se nós vivemos numa sociedade extremamente racializada, como é o caso do Brasil, considerando, ainda, que há uma distribuição desigual de acesso dos diversos grupos étnico-raciais, aos mais variados ambientes, é pacífico concluir que esses grupos sofrem mais o peso da discriminação e têm dificuldade de acessar direitos, políticas públicas e tudo mais.

JORNAL SINDSIFCE: O que podemos fazer para mudar isso? Quais as saídas?

ZELMA MADEIRA: Precisamos operar no sentido de garantir uma educação antirracista, desde a educação básica. Olha, racismo é crime! Precisamos entender isso. Não podemos "passar a mão na cabeça de ninguém", dizer que é "mimimi", que é coisa de menor monta. É preciso uma reação repressiva firme. Além disso, especificamente falando sobre o ensino superior, nos espaços dos institutos e universidades, a educação antirracista deve ser uma prática contínua.



É fundamental apostar nos processos educacionais, formando a juventude para a compreensão democrática em termos raciais. Então, dentro das ações valorativas, nós já acumulamos ativos para combater o racismo. Nós temos a lei 10.639, de 2003, alterada pela 11.645 de 2008; além disso, temos as diretrizes para educação indígena e diretrizes para uma educação quilombola. Então, não nos falta marcos legais.

JORNAL SINDSIFCE: A senhora pode falar um pouco mais sobre esses marcos legais?

ZELMA MADEIRA: Então, nós temos 20 anos dessa lei, que infelizmente não gruda na realidade. Isso precisa mudar para que a gente tenha, nos currículos escolares dos institutos, das universidades, em seus projetos políticos pedagógicos, a inclusão dessas ferramentas, garantindo o devido reconhecimento, visibilidade e respeito para a população negra e demais comunidades tradicionais. A gente precisa contar essa história e essa memória tem que transitar nos espaços educacionais.















OPINIÃO

NOVA PROPOSTA PARA O NOVO ENSINO MÉDIO É UMA REDUÇÃO DE DANOS, NADA MAIS

John Mateus - Docente do Campus Iguatu e Especialista no Novo Ensino Médio

MEC trabalha em um projeto de lei para desfazer parte das mudanças da reforma do ensino médio, que foram alvo de críticas, prevendo, entre outras coisas, ampliação de carga horária da parte comum do currículo e redução no número de opções das partes de aprofundamento -os chamados itinerários.

Analisando essa proposta recente, lançada nos últimos dias, entendo, em sua totalidade, que o governo realiza uma "medida de redução de danos", a despeito das inúmeras manifestações e atos que pedem a revogação da proposta.

Sendo assim, em uma leitura preliminar, essas mudanças buscam reduzir os danos absurdos, considerados como ataques brutais para formação da nossa juventude e do sentido, missão e objetivo da escola pública. Portanto, dois pontos específicos precisam ser observados: a carga horária do currículo e o retorno ao currículo das disciplinas de formação

Vamos lá! Na proposta anterior, a carga horária do currículo, em termos de formação geral e de parte diversificada, tinha a seguinte constituição: 1.800 horas destinadas à formação geral básica, (saberes científicos, tradicionais, acumulados pela humanidade) e 1.200 horas para as chamadas eletivas (ex: disciplinas como "bora de Uber", "como ser um milionário", "brigadeiro caseiro") - o fracasso e bizarrice da proposta!

Na nova proposta - que considero avanço importantíssimo - essa formação geral básica, volta até as 2.400 horas, passando, de 60% para 80% do currículo.

Já a "parte diversificada" - esse dispositivo de alienação e rebaixamento da formação - perde 600 horas (de 1.200 para 600). Em resumo, temos a ampliação da formação geral e o encurtamento da parte diversificada.



EM TEMPO!

O Ministro Camilo Santana prometeu mandar o projeto ainda em setembro. O governo quer a aprovação no Legislativo até o fim do ano, mas as entidades pedem que as novas regras passem a valor somente em 2025.

O segundo ponto, igualmente importante, é a volta da obrigatoriedade no currículo - na formação geral básica dos estudantes -, de todas as disciplinas que foram retiradas, obrigatórias no modelo anterior, como geografia, história, arte, sociologia, filosofia, entre

Ou seja, as disciplinas tradicionais, importantíssimas para uma formação integral e ampla do estudante, estão de volta! Esse era um dos pontos de maior crítica dos especialistas. Dito isso, a luta continua! Movimentos sociais, classe trabalhadora, estudantes, pesquisadores precisam ser atores em uma reflexão profunda e de amplitude nacional sobre nosso modelo de avaliação; ora, só é considerada nos índices de qualidade da educação básica as disciplinas de português e matemática.

E ainda: precisamos debater os itinerários formativos, pois na nova proposta, essa nomenclatura "itinerário" é modificada e passa a se chamar "percurso de aprofundamento". Ora, se a mudança é meramente na nomenclatura, sem alterações substanciais, de que vale?

Por fim, a despeito desses avanços, a concepção de formação - o projeto educacional - se mantém e o elemento mais notório disso é a manutenção da concepção de educação de formação técnicoprofissional; ao invés da perspectiva de educação integrada, vemos na proposta uma justaposição de precários cursos de curta duração, em relação ao que temos hoje nos Institutos Federais, demonstrando que os propósitos neoliberais ainda estão firmes na proposta do governo.

Dito tudo isso, deixo uma reflexão: Quais os legados que este governo quer deixar, se ele incorpora a lógica do trabalho e da desuminzação das pessoas?



Jornalista Responsável: Julyta Albuquerque - MTB 3454/CE

Projeto gráfico e diagramação: Julyta Albuquerque - MTB 3454/CE

Tiragem: 200 exemplares Email: ascom.sindsifce@gmail.com











